



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

EXPEDIENTE

PORTARIA Nº 857/2020
DE 04 DE JUNHO DE
2020

Autoriza a abertura do processo de Auditoria Interna visando a avaliação de minutas de contratos firmados pelo Ministério Público de Sergipe e dos processos relacionados à Gestão e Fiscalização das execuções contratuais da instituição, sob o enfoque da eficiência, eficácia e gestão de riscos.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que nos termos do art. 74 da Constituição Federal os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter sistema de controle interno, cuja sua atribuição, dentre outras, é a de comprovar a legalidade e os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Instituição;

CONSIDERANDO que pelos princípios da simetria e autonomia o Ministério Público possui idêntica obrigação de estabelecer sistema de controle interno próprio;

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria MPSE nº 421, de 28 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO que a auditoria interna consiste na atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para agregar

Expediente assinado eletronicamente por **Eduardo Barreto d'Avila Fontes***, em 10/06/2020, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2016.

A validade deste documento pode ser conferida no site <https://sistemas.mpse.mp.br/mpse/Administrativo/publico.html#/Expediente/ConsultaPublica> informando o número do expediente: **20.27.0229.0002272/2020-61**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

EXPEDIENTE

valor e melhorar as operações da organização, auxiliando a realização dos seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a realização, pela Divisão de Controle Interno, de auditoria interna visando a avaliação de minutas de contratos firmados pelo Ministério Público de Sergipe e dos processos relacionados à Gestão e Fiscalização das execuções contratuais da instituição, sob o enfoque da eficiência, eficácia e gestão de riscos.

Art. 2º À Divisão de Controle Interno serão asseguradas as seguintes prerrogativas:

- I – livre acesso às unidades administrativas do MPSE;
- II – acesso a todos os documentos e informações necessários à realização dos trabalhos, inclusive a sistemas eletrônicos de processamento de dados; e
- III – legitimidade para solicitar, por escrito, aos responsáveis pelas unidades administrativas, os documentos e informações entendidos necessários, fixando prazo razoável para o atendimento;

§1º Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonogado aos servidores da Divisão de Controle Interno, no desempenho de suas atribuições inerentes às atividades de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.

§2º O acesso aos documentos evidenciados no inciso II poderá ser feito por meio eletrônico e digital, de fora da sede do Ministério Público do Estado de Sergipe, dada a admissibilidade da modalidade de trabalho remoto no âmbito da

Expediente assinado eletronicamente por **Eduardo Barreto d'Avila Fontes***, em 10/06/2020, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2016.

A validade deste documento pode ser conferida no site <https://sistemas.mpse.mp.br/mpse/Administrativo/publico.html#/Expediente/ConsultaPublica> informando o número do expediente: **20.27.0229.0002272/2020-61**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

EXPEDIENTE

instituição, nos termos da Portaria MPSE nº 1.136, de 06 de junho de 2018.

§3º Quando houver limitação da ação, o fato deverá ser comunicado, de imediato, por escrito, ao responsável pela unidade, solicitando as providências necessárias e o agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Divisão de Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais ficará sujeito à responsabilização administrativa.

§4º O servidor que exercer funções relacionadas à atuação da Divisão de Controle Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidas em decorrência do exercício de suas atribuições e pertinentes aos assuntos sob sua fiscalização, utilizando-os para elaboração de relatórios e pareceres destinados ao Coordenador da Divisão e ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 3º Os trabalhos da auditoria interna em destaque serão planejados e realizados pelo servidor **Alberto Rodrigues Cardoso da Silva, matrícula 1.445, Denisson Soares Bezerra, matrícula 1.299**, e supervisionados pelo servidor **Victor José Pinto Ribeiro Silveira Almeida, matrícula 1.564**, e ocorrerão no período compreendido entre os dias **15.06.2020 a 15.09.2020**.

Art. 4º- O relatório de auditoria poderá ser colocado à disposição da instituição de forma desmembrada, ou seja, remetido em partes ou excertos os quais a Divisão de Controle Interno do MPSE entenda como necessários para a eficácia e tempestividade dos trabalhos.

Art. 5º A conclusão da presente auditoria se dará quando do envio do relatório final ou da última parte relacionada ao desmembramento abordado no artigo anterior.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Expediente assinado eletronicamente por **Eduardo Barreto d'Avila Fontes***, em 10/06/2020, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2016.

A validade deste documento pode ser conferida no site <https://sistemas.mpse.mp.br/mpse/Administrativo/publico.html#/Expediente/ConsultaPublica> informando o número do expediente: **20.27.0229.0002272/2020-61**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

EXPEDIENTE

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**Eduardo Barreto d'Avila
Fontes**

Procurador-Geral de Justiça

Expediente assinado eletronicamente por **Eduardo Barreto d'Avila Fontes***, em 10/06/2020, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2016.

A validade deste documento pode ser conferida no site <https://sistemas.mpse.mp.br/mpse/Administrativo/publico.html#/Expediente/ConsultaPublica> informando o número do expediente: **20.27.0229.0002272/2020-61**.